

Tomada de Posição sobre a Prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para a docência nos ensinos básico e secundário

Em reunião do Conselho Técnico-Científico de 20 de novembro de 2013, que contou com a presença de todos os Coordenadores de Departamentos Científicos da Escola Superior de Educação, promoveu-se uma reflexão sobre a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades para a docência nos ensinos básico e secundário, objeto do Despacho N° 14293-A/2013 de 5 de novembro, de que resultou um amplo debate que neste texto se sintetiza.

Foi apontada a ausência de bases técnicas, científicas ou pedagógicas que fundamentem a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, assim como a ausência de qualquer tipo de diálogo com as instituições formadoras para a sua génese, estrutura ou contexto. Mais foi considerado que este tipo de avaliação põe em causa a formação e experiência dos candidatos, a formação de professores pelas instituições de ensino superior e concretamente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança e em última instância o mesmo ministério que a promove, por dele depender a organização e avaliação do processo de formação, que ora se questiona. Tal constitui uma quebra de confiança entre os vários intervenientes do processo de formação de docentes, sendo vexatória dos mesmos ao lhes impor o ferrete da falta de qualidade e até mesmo por se desenvolver posteriormente à formação legalmente prevista, mostrando falta de rigor, clareza e justiça. Não se vislumbra função para a prova que não a de obstaculizar o acesso à docência, apoiando-se para o efeito em dados que não permitem de modo cabal avaliar os conhecimentos e capacidades exigidas aos docentes na riqueza e diversidade da nobre função que pretendem desenvolver.

Bragança, 21 de novembro de 2013